

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PAULA MARIA BÚRIGO

OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS IGD PARA ACOMPANHAMENTO DE
BENEFICIADOS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM PORTO FELIZ
(SP)

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA- PR

2014

PAULA MARIA BÚRIGO

OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS IGD PARA ACOMPANHAMENTO DE
BENEFICIADOS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM PORTO FELIZ
(SP)

Monografia de especialização apresentada ao Departamento de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal. Orientador pelo Prof. Dr. Armando Rasoto.

CURITIBA – PR

2014

BÚRIGO, Paula Maria. Título. 2014. X f. Monografia de especialização em Gestão Pública Municipal – Programa de Pós Graduação em Gestão e Economia - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2014.

Resumo: Em 2004, o município de Porto Feliz, região metropolitana da cidade de Sorocaba (SP), passou a receber o programa social do Bolsa Família, via transferência direta de renda. No último decênio (2004-2014), o cadastro municipal atendeu mais de mil e setecentas famílias, apresentando melhoras nas suas condições de vida, em todos os aspectos, desde a instrução básica para os filhos dos beneficiados até a saúde da família, via campanhas de vacinação, acompanhamento médico, aleitamento materno e nutrição infantil. Entretanto, o município não estava preparado logisticamente para uma demanda tão grande de pessoas cadastradas no sistema local, sobrecarregando a única assistente social responsável pelo setor. O objetivo deste trabalho é buscar uma solução a curto prazo, utilizando os recursos não taxados de IGD para a qualificação do acompanhamento das famílias beneficiadas com o programa.

Palavras- Chave: Assistência Social; Bolsa-Família; Gestão Municipal;

SUMÁRIO:

Introdução	Pág. 5-6
Hipóteses	Pág. 7-8
Problemática	Pág. 9
Objetivos Gerais e Específicos	Pág. 9
Contexto histórico e geográfico dos problemas sociais urbanos brasileiros: séculos XX e XXI.	Pág. 10 – 13
Gestão municipal e bem estar social: um desafio do tempo presente... ..	Pág. 13-15
O Programa Bolsa Família	Pág. 15-18
O município de Porto Feliz (SP) e a aplicação dos recursos IGD na parte de assistência social	Pág. 18-23
Conclusão	Pág. 23-24
Referências Bibliográficas	Pág. 25-26.

Introdução:

A presente proposta de pesquisa partiu de uma inquietação pessoal, resultado de anos de trabalho como assistente social do município de Porto Feliz (SP), onde tive, e tenho, acesso direto com diversas famílias beneficiadas com o programa social do Bolsa Família. Além do contato direto com os recursos federais, em 2010 participei do Congresso de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), na cidade de Natal (RN), onde assisti a palestra proferida pelo então ministro do desenvolvimento social e combate à fome, Patrus Ananias de Souza. Nesta conferência, entrei em contato com a lógica de distribuição, gerenciamento e objetivos da distribuição de verbas públicas federais para famílias carentes, por intermédio dos municípios, a fim de erradicar a fome e a pobreza no Brasil. De fato, é uma excelente proposta, infelizmente marcada por preconceitos e, inclusive, tornando-se alvo de ameaças, coerção e chantagem por parte de poderes locais que utilizam o recurso como espécie de instrumento de manobra política e obtenção de vantagens frente a grupos carentes e desinstruídos.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa procura romper com a lógica do senso comum, e proporcionar ao pesquisador e ao leitor uma outra ótica sobre o problema, decidi pesquisar sobre as melhorias progressivas na saúde dos beneficiados com o Bolsa Família, no município onde atuo como assistente social. É fato de que há diversas críticas ao programa, algumas infundamentadas e outras bastante contundentes, entretanto vale ressaltar que o benefício não é concedido indiscriminadamente e necessita, sobretudo, de rigorosos critérios de admissão e, principalmente, permanência para a continuidade do depósito.

Um destes critérios de permanência é o quesito saúde, que exige das famílias beneficiadas a vacinação de menores, que participem da pesagem dos bebês, analisando o aleitamento materno, nutrição infantil e promovendo a saúde dos filhos dos beneficiados para que os mesmos, ao contrário dos pais, tenham condições físicas e psicológicas de ingressarem na educação pública, recebendo instrução, inserindo-se no mercado de trabalho e tornando-se pessoas independentes, rompendo com um triste ciclo de pobreza, fome e falta de instrução.

O trabalho foi dividido em três partes: na primeira busquei explicar o processo histórico que culminou no surgimento das regiões periféricas dos grandes centros urbanos, que acelerou o aumento da pobreza e os problemas sociais que levaram, anos depois, a necessidade de intervenção estatal para diminuir este abismo social imenso. Resultado de décadas e décadas de crescimento urbano incontrolado, é impossível trabalhar somente com a perspectiva da gestão pública, sendo necessário compreender geograficamente, historicamente e do ponto de vista urbano sobre a emergência de erradicar a pobreza.

A segunda parte trabalha com a necessidade de uma readequação do papel do Estado frente as mudanças sociais e da ordem econômica das sociedades, propondo planos diretores tanto municipais quanto estaduais embasados em exemplos de sucesso de empreendedorismo econômico, com estratégias eficazes e eficientes que diminuam a burocratização de recursos e aumentem a agilidade, o chamado estado gerencial. A readequação é fundamental para agilizar recursos e obter resultados mais rápidos e de qualidade, pois a lentidão dos trâmites burocráticos desestimulam o público, e mais ainda as famílias carentes, que não sabem como proceder diante de tantos empecilhos, fazendo com que os mesmos abram mão de seus direitos e benefícios por conta destes aspectos negativos do funcionalismo público.

Por seguinte, busquei esclarecer algumas dúvidas sobre o Programa Bolsa Família, sua origem, objetivos, quesitos para ingresso e permanência e na última parte, articulando com os primeiros tópicos, analisando os dados orçamentários do município de Porto Feliz, incluindo as verbas federais de IGD, do repasse direto de verbas do fundo federal para o fundo municipal e dados da Secretaria de Saúde e Assistência Social, que acompanha o número de beneficiados e os programas que os mesmos frequentam. Estes dados serviram de base para esclarecer que os recursos excedentes podem sim serem gastos de uma maneira que dê suporte técnico e de recursos humanos para o Programa Bolsa Família, visto que eles são recursos excedentes e que nada interfere na distribuição mensal e anual das verbas.

Hipótese:

Uma das hipóteses levantadas ao realizar esta proposta de pesquisa é a destinação de recursos IGD (Índice de Gestão Descentralizada) para a contratação de pessoal especializado para atendimento único e exclusivo do Programa Bolsa Família. Desta forma, o acompanhamento periódico dos beneficiados traria uma melhora qualitativa no processo de erradicação da pobreza no município de Porto Feliz, uma vez que o acompanhamento das famílias receptoras do benefício federal seria constante e averiguaria todos os critérios de exigência, como saúde, educação e nutrição.

É comum analisarmos apenas quantitativamente os índices federais, e é sabido que dados estatísticos podem ser facilmente adulterados, entretanto se faz necessário ver até que ponto as famílias estão cumprindo de fato o que é pedido. De acordo com as exigências impostas pelo MDS, não basta apenas receber os valores em conta do benefício, mas sim manter filhos e dependentes na escola, garantir a saúde, vacinação e dieta adequada aos mesmos, para que tenham novas possibilidades escolares e salutaras para romper com o ciclo de pobreza presente na família.

Uma das formas de fazer este acompanhamento, e objeto de estudo deste trabalho, seria destinar 25% deste recurso para a contratação de assistente social, estagiário, compra de computadores, carro e a alocação de um espaço físico exclusivo para este programa, que não acarretaria em pagamento ao locatário, mas apenas um remanejamento de espaço dentro da própria prefeitura. Apesar dessa variação orçamentária, o valor de 25% dos recursos não comprometeria os gastos fixos destinados ao uso fruto do programa, além disso, os recursos do IGD não são taxados, ou seja, não há necessidade de serem usados para um único tipo de compra ou aquisição, permitindo flexibilidade.

A descentralização de responsabilidades, passadas para a ajuda de mais mão de obra qualificada, no caso a assistente social, traria melhorias a curto e médio prazo no acompanhamento destes beneficiados pelo Bolsa Família, além de aumentar os recursos de IGD para o município, os índices de pobreza cairão, elevando a expectativa e qualidade de vida dos mesmos.

2- Problemática: A contratação de mão de obra especializada pela Secretaria de Assistência Social do município de Porto Feliz (SP), destinada a acompanhar periodicamente as famílias beneficiadas com as verbas do programa Bolsa Família, traria uma melhora na qualidade de vida destas pessoas, retirando-as da pobreza e promovendo a efetivação de seus direitos enquanto cidadãos?

3- Objetivos Gerais:

3.1- Explorar as múltiplas maneiras de aplicar os recursos IGD para melhor acompanhamento dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

4- Objetivos Específico:

4. 1- Propor a utilização de 25% dos recursos de IGD para contratação de mão de obra qualificada a fim de acompanhamento periódico e constante das famílias que recebem o bolsa família.

4. 2- Estabelecer um plano fixo orçamentário para destinação das verbas de IGD para a Secretaria de Assistência Social do município de Porto Feliz (SP).

4. 3- Contratar pessoal especializado a fim de melhorar a qualidade e eficiência do projeto Bolsa Família local.

4.4- Acompanhar o desenvolvimento qualitativo e humano das famílias cadastradas no programa Bolsa Família através dos pontos de saúde, educação e renda.

2- Contexto histórico e geográfico dos problemas sociais urbanos brasileiros: séculos XX e XXI.

Nos últimos 60 anos, o Brasil passou por um processo de transformação econômica bastante intenso. Com a instalação de indústrias automobilísticas e de bens de consumo em território nacional, estimuladas por políticas governamentais das gestões de Getúlio Vargas (1930 -1945/ 1951 -1954) e Juscelino Kubistchek (1956 -1961), o cenário urbano e populacional alterou-se drasticamente.

Estas empresas, de grande e médio porte, necessitavam de um grande contingente de mão de obra, tanto para a construção dos complexos industriais quanto para o funcionamento destas fábricas após finalizadas. Em sua maioria, estas empresas foram instaladas nas regiões mais urbanizadas do Brasil, nos princípios do século XX, por exemplo, entre o eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Contando com grande apoio fiscal e governamental, empresários e empreiteiros instalaram-se aos arredores dos grandes centros urbanos, alterando a dinâmica econômica e urbana destas cidades.

Um exemplo da política de industrialização, no princípio da Era Vargas, foi a construção da Usina de Volta Redonda no Rio de Janeiro, como também as construções da Companhia Vale do Rio Doce, destinadas à exploração do minério de ferro em Minas Gerais, e da Petrobrás em 1953, que contribuíram bastante para o aceleração do crescimento industrial. Além disso, no governo Vargas, criaram-se as leis trabalhistas – subentenda-se a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) - preparando o país para a organização no crescimento comercial, urbano e industrial.

O crescimento industrial ganhou maior dimensão a partir do governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) com a criação de medidas alfandegárias para a vinda de empresas internacionais para o Brasil. Esse período foi conhecido pelo seu otimismo em relação ao crescimento da economia brasileira, com uma série de medidas, dentre elas o famoso Plano de Metas, que buscou incentivar a produção industrial brasileira em cinco anos, no famoso bordão: “Crescer cinquenta anos em cinco”.

Essa política do Governo JK para estimular o crescimento industrial, ficou conhecida como nacional-desenvolvimentista, e concentrava suas atenções em investimentos na área de energia e de transportes. Para isso, foi utilizado o capital estrangeiro permitindo a entrada de empresas multinacionais para o Brasil, como a montadora de automóveis, Volkswagen.

Foram com essas medidas políticas do governo de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubistchek que a industrialização brasileira adquiriu vida própria e obteve um crescimento vertiginoso, principalmente nos últimos anos do século XX e início do século XXI

Para além das mudanças urbanas, muitas mudanças sociais também aconteceram. Em meados da década de 1960, um número enorme de migrantes nordestinos abriu mão de suas vidas miseráveis e sofridas no sertão brasileiro para tentar melhorar suas condições de vida, movidos pelas promessas de desenvolvimentismo industrial no sudeste do país. Vindos em paus-de-arara, fugindo da seca, da miséria e da iminência da morte, centenas de milhares de alagoanos, baianos, sergipanos, pernambucanos, dentre outras regionalidades, instalavam-se pouco a pouco nos subúrbios dessas grandes cidades.

Além disso, ocorria paralelamente um processo característico das nações que adentravam no desenvolvimento industrial, o êxodo rural. Entre 1970 e 2000, mais de 80% da população brasileira passou a habitar nas cidades, inclusive as de médio porte, causando um problema geográfico bastante comum, o inchaço urbano, ou seja, um número excessivo de pessoas habitando em uma região urbanizada que não é preparada estruturalmente, em todas as esferas, para acomodar tamanha população.¹

Embora pareça contraditório, uma vez que a propaganda dos governos Vargas e JK era o enriquecimento e política de bem estar social, os índices de pobreza aumentaram e, principalmente, se deslocaram geograficamente². Mas como isso aconteceu? As grandes cidades cresceram desordenadamente e se tornaram polos ativos de economia, entretanto não preocuparam-se com as esferas sociais do desenvolvimento. Famílias pobres, que vieram do Norte/Nordeste, continuaram pobres e, para agravar, maiores, pois tiveram mais filhos, que deram netos e assim aumentaram o número de dependentes para sustentar e alimentar.

Estas famílias, pobres e abandonadas nas periferias, foram privadas, assim como em seus lugares de origem, da qualidade de vida, da plenitude dos direitos e deveres do homem e do cidadão, e não foram asseguradas a ter dignidade humana. Fato é que, segundo o senso do IBGE de 2013³, sobre os dados estatísticos dos habitantes das periferias e subúrbios de grandes cidades

¹ DOMINGUES, Á. (1995) (Sub)úrbios e (sub)urbanos - O mal estar das periferias ou amistificação dos conceitos, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Vol.X/XI, Porto (Portugal), pp. 5-1.

² LINHARES, Maria (Org). História Geral do Brasil.

³ FURTADO, B. A., Van Delden, H. (2011) Modelagem urbana e regional com autômatos celulares e agentes - Panorama teórico, aplicações e política pública, Texto para discussão, n. 1576, IPEA, Brasília

brasileiras, temos um número alarmante de mais de 43 milhões de pessoas vivendo em habitações precárias, com péssimo transporte urbano, pouca acessibilidade aos centros comerciais e deslocamento ineficaz, com escassez de abastecimento de recursos hídricos potáveis e energia elétrica, sem acesso à instrução formal ou à internet e, principalmente, índices alarmantes de violência e falta segurança pública.

O surgimento da periferia é decorrente de uma transformação profunda ocorrida no Brasil nas últimas décadas, a urbanização acelerada. Quando o campo entrou em colapso por excesso de gente e falta de oportunidades, começou uma intensa migração rumo às capitais industrializadas. Em apenas duas décadas, 20 milhões de pessoas se mudaram em busca dos confortos e das oportunidades que imaginavam desfrutar nas grandes cidades. Foi um dos processos de urbanização mais acelerados e caóticos já vistos no mundo. Em 1970, pela primeira vez, a população urbana superou a rural. A migração não produziria grandes problemas se as cidades às quais as periferias estão ligadas pudessem gerar riqueza suficiente para oferecer condições de vida satisfatórias aos que chegam. O Brasil não ⁴conseguiu fazer isso.

A periferia sempre foi um lugar tremendamente ameaçador para seus moradores. Quem acharia razoável viver numa região que reúne praticamente todos os defeitos que uma cidade pode ter? As ruas não têm calçamento e se alagam quando chove. Os bairros não possuem hospital nem dentistas. Em boa parte das casas, a água encanada e o esgoto são obtidos apenas com ligação clandestina – de forma que, em muitos casos, os detritos correm a céu aberto. Praça e área verde são artigos de luxo. Como não há coleta de lixo, os moradores servem-se dos rios e vivem num ambiente poluído e cheio de doenças. As casas são erguidas em lotes sem calçada e o terreno é tão estreito que não estimula o plantio de árvores. Isso sem falar no policiamento, que é raro, nas taxas de criminalidade, nos donos das bocas-de-fumo, nas chacinas. E o que dizer do salário? Para atingir o rendimento anual do morador de um bairro mais central, o habitante da periferia precisa trabalhar durante quase seis anos.

⁴ Davis, M. (2006) Planeta favela, Boitempo, São Paulo.

Os moradores desses bairros populares querem melhorias e têm direito a isso. Na verdade, sairiam da periferia para bairros mais bem assistidos, se pudessem. A novidade é que, além de castigá-los, a periferia incomoda também o habitante dos bairros de classe média alta e da elite. As regiões mais abastadas das metrópoles estão conhecendo de perto, e com grande intensidade, o impacto da chegada da miséria. Como a periferia não oferece hospitais, as unidades de saúde dos bairros mais centrais vivem lotadas. Muitas das vilas de periferia se situam em áreas de mananciais, que alimentam rios e represas usados para captação de água. Como não há coleta regular de lixo nem sistema de esgoto, tudo acaba sendo jogado nos córregos que vão poluir os rios mais adiante. Isso quando bairros populares não surgem diretamente em torno das represas urbanas.

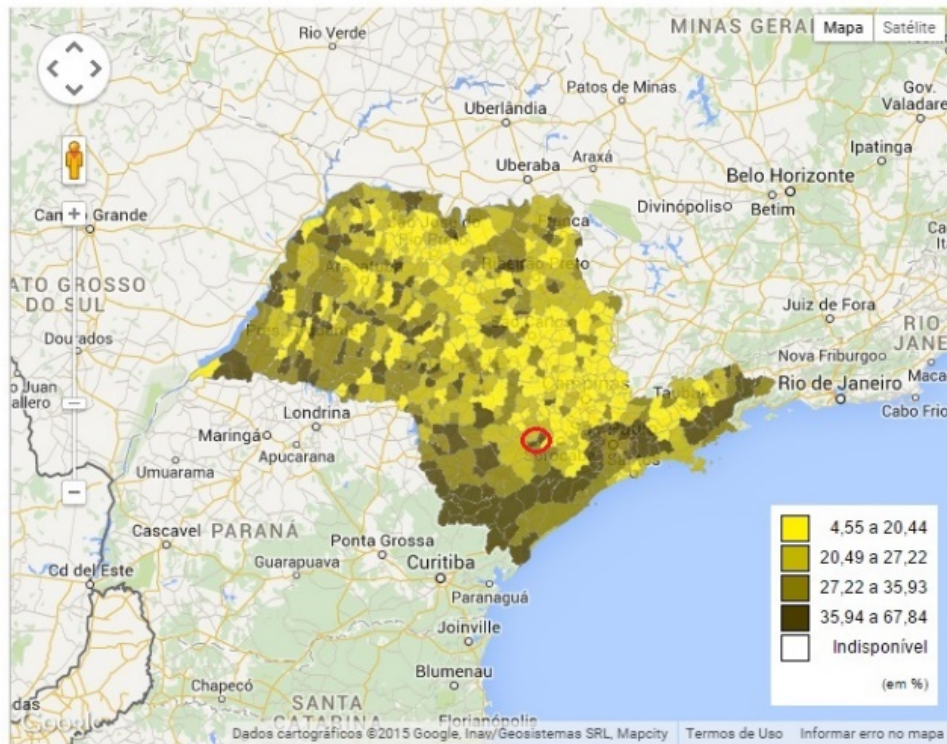
A manifestação mais preocupante, no entanto, verifica-se no campo da segurança. Até alguns anos atrás, apenas os moradores das áreas populares viviam em pânico, não saíam à noite e corriam o risco de ver um amigo ou parente ser assassinado por marginais. Embora a criminalidade seja ainda muito mais acentuada nos bairros pobres, o medo que antes era só deles migrou para as áreas mais ricas das grandes cidades.

Estes números são assustadores, e se destacam, sobretudo, em cidades como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Recife (PE), Salvador (BA) e Brasília (DF). Cidades com grandes polos industriais, possuem grandes regiões metropolitanas, e com isso, surgem os problemas sérios de qualidade de vida.

Estes problemas continuam se repetindo e se configurando geograficamente, pois, conforme o senso do IBGE de 2014 ⁵sobre os índices de pobreza, a mesma região metropolitana de São Paulo, famosa pelos bolsões de miséria do início do século XX, mantem-se até hoje como uma região estigmatizada pela pobreza e subdesenvolvimento social, tendo apenas alguns pontos concentrados de

⁵ Mapa disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=35&codmun=355030&idtema=19&codv=v01&search=sao-paulo|sao-paulo|sintese-das-informacoes-2003>



© 2014 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Com o passar dos anos, uma relativa melhora na qualidade de vida da população da periferia brasileira, ainda temos problemas sociais gravíssimos para sanar e um compromisso de responsabilidade social intenso com esta população. Estas discussões, de medidas a curto e médio prazo de resolução de conflitos e solução de problemas, se tornaram o ponto nevrálgico das discussões em fóruns nacionais e internacionais sobre desenvolvimento social e gestão urbana municipal, pois desenvolvimento urbano não pode ser discutido separadamente do desenvolvimento social. Merece destaque sobre esse assunto, os encontros do Habitat, em Istambul (Turquia), Miami (EUA) e Recife (Brasil) e a conferência do Rio 92.

d

5- Gestão municipal e bem estar social: um desafio do tempo presente.

Os interesses dos cidadãos estão, na maioria das vezes, vinculados às atividades desenvolvidas pelo governo, que, por sua vez, tem como princípio básico prestar serviços que supram as necessidades coletivas. Uma vez que os impostos pagos pelos contribuintes servem para manter, inclusive, os salários dos servidores e burocratas que trabalham para o Estado, nada mais justo do que apresentar um resultado bastante positivo e um retorno rápido, eficiente e eficaz para a sociedade.

As mudanças organizacionais ocorridas nas últimas décadas no setor privado, também acabaram por atingir o setor público e governamental. Entre estas mudanças se encontram especialmente os mecanismos de controle, otimização de recursos e aproveitamento de verbas aplicados aos atos realizados pelos gestores públicos. Ou seja, princípios administrativos de empresas privadas passaram a ser aplicados no funcionalismo público a fim de gerir com a eficiência de empresas e empreendimentos de sucesso a esfera pública, claro, tendo sempre em vista que a função social do governo é atender seu povo e não obter lucros para os representantes e comandantes da esfera pública. Reforçando a ideia acima destacada, Przeworski afirma:

O sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos. (...) Para que as instituições democráticas suscitem adesão e se consolidem, elas precisam ser, em certa medida, justas e, além disso, eficazes. ⁶

Desde que foi detectada a obsolescência do modelo burocrático, na década de 1980, a partir de um diagnóstico da incapacidade do Estado de atendimento das necessidades da administração pública e dos cidadãos, novos modelos surgiram na direção de um modelo de *Estado gerencial*. ⁷As mudanças

⁶ PRZEWORSKI, A. Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁷ LIMA JUNIOR, O. B. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. Revista do Serviço Público, v. 49, n. 2, abr./jun. 1998.

verificadas em diversos países do mundo, apesar de um longo processo de mudanças, permanecem.

Sendo assim, buscar otimizar e bem gerir os recursos enviados pelo governo, com transparência, honestidade e prudência, são formas de expandir e melhor atender os beneficiados. Tomemos como o exemplo o objeto de pesquisa deste presente trabalho, os recursos IGD passados pelo MDS para o município de Porto Feliz

Estas conferências, que ganharam destaque nos últimos 20 anos, visam discutir medidas práticas e eficientes de municípios brasileiros e de outros países do mundo que conseguiram encontrar soluções através de ações comunitárias e políticas públicas, para driblar as dificuldades orçamentárias, o descaso das esferas estaduais e federais com o repasse de verbas e assim obtiveram resultados satisfatórios com o melhoramento da qualidade de vida, o equilíbrio nas diferenças de renda e a melhora na perspectiva dos habitantes de regiões pobres.

As ações pontuais nas esferas micro e macro tem sido o destaque dos municípios que buscam entrar em consonância com as discussões destes encontros. Entretanto, um ponto em comum de muitos países, sobretudo os latino-americanos, é a transferência de responsabilidades dos governos federais e estaduais para o governo municipal junto com o desamparo orçamentário e a centralização de poderes que, até então, cabiam ao município o poder de decisão.⁸

Os caminhos para uma boa gestão municipal, de acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), órgão responsável pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal, a gestão pode ser observada seguindo quatro eixos: controle social, planejamento, transparência e responsabilização dos servidores. Embora a necessidade do equilíbrio entre arrecadação e investimentos pareça óbvia, ela não é atendida pela maior parte dos municípios brasileiros.⁹

⁸ <http://www.brasilecola.com/historiab/industrializacao-brasileira.htm> Acessado em: 20/10/2014.

⁹ <http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F7901012131DB8648180D.htm>. Acessado em: 20/10/2014.

Este desafio é bastante discutido em um estudo sociológico de Silvio Caccia Bava, que lança o seguinte apontamento “Levando em conta que as possibilidades do desenvolvimento são substancialmente endógenas e requerem a mobilização das forças sociais presentes localmente, é preciso reconhecer que não existem modelos capazes de orientar um governo nos aspectos específicos de cada realidade local. Tampouco é possível atribuir aos governos locais uma capacidade que estes não têm”.¹⁰

Um destes exemplos é o município de Porto Feliz (SP). O município de Porto Feliz está localizado no estado de São Paulo, e pertence a região metropolitana de Sorocaba. Atualmente, sua população, segundo dados do IBGE, é de 48 mil e 893 habitantes, distribuídos numa área de¹¹ 556,706 Km².

Um dos desafios encontrados pela Secretaria de Assistência Social do município, e de nós, assistentes sociais, é saber atender as exigências do MDS e do Governo Federal com recursos diretos bastante limitados e já direcionados, dificultando a execução de planos municipais na parte social bastante eficazes. Este desafio é consoante com a análise de Silvio Bava, quando critica os repasses orçamentários limitados que são desproporcionais as exigências.

A Gestão Pública é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade. No entanto para que haja eficiência na gestão correspondente à administração de um município há que se estabelecer a organização na gestão, criar missões correspondentes ao desenvolvimento que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente e eficaz. Para Lima (2006):

“Gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito”. Em uma gestão pública não se pode esquecer a capacidade de se atentar e permanecer no posicionamento da organização planejada, para que assim, a missão possa ser cumprida, que neste caso primordial é o desenvolvimento da cidade em benefício ao povo que nela reside. Lima ainda acredita que uma boa organização na gestão pública está

¹⁰ BAVA, C. Silvio. Desenvolvimento local, uma alternativa para a crise social? In: São Paulo em Foco, volume 3, nº 56, Pág 59.

¹¹ Site da prefeitura

relacionada à uma alta capacidade de gestão, que por sua vez, relaciona-se com a “melhor relação entre recurso, ação e resultado”.¹²

Neste sentido pode-se dizer que quanto maior for a demanda, isto é, a necessidade de um planejamento eficiente no município, maior deverá ser a capacidade do gestor público, principalmente se os recursos disponíveis forem escassos.

Uma das palavras fundamentais para uma boa gestão pública é “excelência”. Através dela os processos de fundamentação da estrutura do município, a capacidade de administração baseada em necessidade coletiva e o controle dos valores exigidos na gestão será indispensável para a ocorrência de resultados que beneficie tanto a estrutura física do município como sua base econômica e a qualidade de vida dirigida à população local.

A proposta de uma gestão pública, segundo Lima (2006) se baseia na excelência de valores e de resultados. O ganho social é de extrema importância e alcança o topo em uma pirâmide de prioridade, pois “cria valor público para o cidadão” (LIMA, 2006 p 8). Segundo o próprio Lima (2006) “a gestão pública é focada em resultados e orientada para o cidadão”. A melhoria da qualidade ofertada pelos serviços públicos também é de responsabilidade da gestão pública que deve sempre estar elencada para uma “devida contribuição à competitividade do país” (LIMA, 2006 p.8).

Dentro da opinião estabelecida por Lima (2006) para uma excelente gestão pública em que engloba o desenvolvimento geral de uma cidade estão os fundamentos que são alcançados com a publicidade dos recursos aplicados às políticas públicas apresentadas; da moralidade e legalidade estabelecida diante da transparência realizada às benfeitorias à própria população e finalmente à excelência de toda a ação realizada que será devidamente direcionada aos cidadãos do município.

A adoção de boas práticas relacionada à Gestão Pública constitui, também, um conjunto de mecanismos através dos quais investidores de outros setores,

¹² LIMA JUNIOR, O. B. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. Revista do Serviço Público, v. 49, n. 2, abr./jun. 1998.

incluindo impostos pagos por cidadãos, protegem-se contra desvios de ativos por indivíduos que têm poder de influenciar ou tomar decisões em nome da cidade que é administrada. O fato é que todos nós desejamos um setor público eficiente, ágil e de qualidade. Para isso é preferido reconhecer os problemas da cidade e procurar resolvê-los através de uma boa preparação na administração desta mesma cidade.

6- O Programa Bolsa Família:

8.1 O que é o Bolsa Família e quando foi criado?

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação brasileiros com renda familiar per capita inferior a 70 reais mensais. Surgiu na década de 1980, não com o nome Bolsa Família, mas por iniciativa da então primeira-dama Ruth Cardoso, esposa do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tinha como política pública retirar milhões de brasileiros da miséria através programas como o Fome Zero, Vale Gás, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação. O programa Bolsa Família, feito no primeiro mandato do presidente Lula, foi a junção destes recursos em um único programa, criado por meio da **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Sua regulamentação se deu por meio do **Decreto nº 5.209, de 17/09/20:**

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.¹³

¹³Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 14/10/2014.

O programa oferece às famílias quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável, o Variável para Jovem e o para Superação da Extrema Pobreza.

O Básico, concedido às famílias em situação de extrema pobreza, é de 70 reais mensais, independentemente da composição familiar. Já o Variável, no valor de 32 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, gestantes ou nutrizes, e pode chegar ao teto de cinco benefícios por família, ou seja 160 reais. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico e o Variável, até o máximo de 230 reais por mês.

O benefício Variável para Jovem, de 38 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, 76 reais.

Já o para Superação da Extrema Pobreza é concedido às famílias em situação de pobreza extrema. Cada família pode ter direito a um benefício. O valor varia em razão do cálculo realizado a partir da renda per capita da família e do benefício já recebido no programa.

As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável para Jovem, até o máximo de 306 reais por mês, como também podem acumular um benefício para Superação da Extrema Pobreza.

8.2– Quais as regras, condições e contrapartidas das famílias beneficiadas para receberem o recurso?

Podem receber o benefício as famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até 70 reais por mês; aquelas que são consideradas pobres, renda per capita entre 70,01 reais e 140 reais por mês; e as que são pobres ou extremamente pobres e tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos (sendo nesses últimos casos um

valor maior do que o fornecido às famílias sem crianças, adolescentes ou gestantes).

Para ser beneficiário, será preciso apresentar um documento de identificação, como o CPF, por exemplo, entrar no Cadastro Único. O cadastramento, no entanto, não significa que o recebimento será imediato. Quem seleciona as famílias que receberão o Bolsa Família é o Ministério do Desenvolvimento Social, com base na renda per capita.

As prefeituras municipais são responsáveis por cadastrar, digitar, transmitir, manter e atualizar a base de dados, acompanhar as condições do benefício e articular e promover as ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo das famílias pobres do município.

Na área de saúde, as famílias devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento médico. Quando gestantes ou lactantes devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê.

No que diz respeito a educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

8.3- Resultados reais e esperados do Bolsa Família:

De acordo com a análise de gastos do Bolsa Família, partindo do ano de 2003 como ponto de inflexão, que passou do programa Fome Zero para o Bolsa Família propriamente dito, onde compara os gastos investidos com o número de famílias beneficiadas:

Tabela 1:

Relação dos gastos do Programa Bolsa Família

Ano	Gasto	Número de Beneficiários
Outubro de 2003	R\$ 3,4 bilhões	3,6 milhões de famílias
2004	R\$ 5,7 bilhões	6, 5 milhões de famílias
2005	R\$ 6,4 bilhões	8,7 milhões de famílias
2006	R\$ 8,1 bilhões	11 milhões de famílias
2007	R\$ 9,2 bilhões	11,1 milhões de famílias
2008	R\$ 10,8 bilhões	11,2 milhões de famílias

Compilado de Souza e Almeida Filho (2007) e atualização própria a partir de 2006. Disponível no sítio eletrônico: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em outubro de 2014.

Com base nos dados acima, percebemos alguns pontos de vista: primeiro, o aumento progressivo das verbas destinadas ao programa; segundo, o número maior de famílias beneficiadas de norte a sul do país e terceiro, o número expressivo de pessoas que vivem, e vivem, em condições consideradas abaixo da linha da pobreza. Entretanto, essas medidas se fazem necessárias para atingir aos patamares considerados aceitáveis de pobreza para a ONU, o que levou uma melhor significativa das condições sociais e materiais dos beneficiados com o programa.

9 – O Programa Bolsa Família e o município de Porto Feliz (SP):

9.1 Considerações gerais sobre o programa e sua aplicabilidade no município de Porto Feliz (SP):

De acordo com os dados do MDS, Porto Feliz recebeu no ano de 2014, do Tesouro Nacional, dois milhões duzentos e sessenta mil e cento e treze reais (R\$ 2. 260. 113,00) e, também de acordo com os relatórios do MDS, de 2003 até o presente momento, forma repassados diretamente mais de dez milhões e trezentos mil reais (R\$ 10. 300. 445,00). Ainda de acordo com os dados do MDS, são cadastradas no Programa Bolsa Família 1.540 famílias, o que representa

116,76% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa.

É fato que a melhor distribuição de recursos federais para famílias carentes do Brasil contribuiu para a retirada de milhões de brasileiros dos limiares da pobreza. Junto com isso, há a melhoria também dos aspectos salulares e educacionais dos beneficiados, uma vez que, como reforçado anteriormente, um dos objetivos de acompanhar a frequência escolar e as médias escolares é justamente para que os descendentes dos beneficiários rompam com o ciclo de pobreza que seus pais pertenceram.

Uma das críticas feitas ao programa, e é visível no município de Porto Feliz é que, uma vez que a cidade passa a receber os recursos diretos do MDS em suas contas, ela precisa preparar-se em todos os aspectos: de gestão pública municipal até a equipe responsável para averiguar a evolução e qualidade de vida destas pessoas, para que, além da garantia do recebimento do valor, tenham boas condições de saúde e educação. Entretanto, em Porto Feliz, contamos somente com uma assistente social para atender mais de mil pessoas, inclusive realizar os cadastros.

O que ocorre é um fenômeno de descentralização de responsabilidades e a centralização de poder, ou seja, cabe ao município arcar sozinho, sem amparo do governo federal, com todo o cadastramento, distribuição, fiscalização e acompanhamento destes recursos, justamente por causa de uma proposição federal que cabe aos governos locais o maior papel no combate à pobreza e à exclusão social. Nisto inclui um conjunto de sugestões que incluem o fortalecimento da descentralização, o chamamento da sociedade civil para dar assistência aos principais focos de pobreza.¹⁴

Este tipo de ação vem sendo observada como um problema estrutural por parte dos municípios, no fragmento abaixo fica evidente essas ações:

¹⁴ BAVA, C. Silvio. P. 54, 1996.

As reformas estruturais de âmbito nacional orientadas para atender aos interesses coletivos e das maiorias são ações desestabilizadoras do *status quo*, que necessitam de atores sociais coletivos e alianças políticas com tamanha força e capacidade de mobilização que não surgem e não se constituem da noite para o dia. São de extrema relevância para esse processo de transformação social as práticas cotidianas de defesa da cidadania, o fortalecimento dos atores sociais coletivos enquanto agentes promotores do desenvolvimento, o processo de descentralização das políticas públicas, o fortalecimento dos municípios enquanto esferas autônomas e de governo.¹⁵

Isto pode ser explicado devido à crise do bem estar social e a uma atitude de maior protagonismo de distintos atores sociais e organizações civis. Como solução, foi pensado na descentralização do poder¹⁶

Essa prática de descentralização é percebida como uma transferência de responsabilidades sem o devido suporte financeiro e, sobretudo, capacidade de gestão. A falta de diálogo seria solucionada caso houvessem políticas públicas que amparassem o município. Como não passam de especulações e teorias, a presente proposta de pesquisa busca encontrar um caminho rápido e eficaz para lidar com este problema de suporte administrativo e de recursos humanos. Uma solução viável e tangível seria a otimização da verba do IGD justamente para melhor atendimento dos beneficiados com o programa Bolsa Família.

9.2- Otimização dos recursos de IGD para melhor atendimento do Programa bolsa família:

O município de Porto Feliz recebe mensalmente do MDS um valor variável na conta municipal destinado especificamente para a gestão do programa do Bolsa Família. Esta verba é variável, e aumenta ou diminui de acordo com os resultados da execução do programa local, ou seja, se o número de famílias cadastradas cumprirem as condicionalidades impostas pelo governo federal, maior será esse índice, logo maior será a verba recebida pelo município para atender ao programa.

¹⁵ BRAVA, C. Silvio. P. 56, 1996.

¹⁶ DRAIBE, S. M e ARRETECHE, T.S. Descentralização e políticas de combate à pobreza: observações sobre o caso brasileiro. São Paulo, NEPP/UNICAMP, 1995.

Tomando por base o total anual de recursos que o município de Porto Feliz recebeu em 2013, temos a quantia exata de R\$ 95.551,97 reais de IGD para executar o programa. ¹⁷Este recurso não possui um destino exato, ou seja, não é repassado para ser gasto exclusivamente com mão de obra ou aquisição de materiais, mas pode ser usado de acordo com as necessidades do programa local.

Desta forma, os caminhos propostos para a utilização do recurso IGD dizem respeito aos seguintes aspectos: infraestrutura, bens duráveis, equipamento de apoio e abertura de contrato por tempo determinado para equipe de suporte. Uma vez que o IGD é um recurso flexível e que pode ser utilizado conforme as necessidades locais¹⁸, uma saída eficaz seria a utilização de 25% deste recurso da seguinte forma:

Despesas mensais de custo:

Valor em dinheiro	Objetivo
R\$ 1.215,00	Contrato por tempo determinado de assistente social. Regime de trabalho: 20 horas semanais.
R\$ 800,00	Contrato de estagiários da área de assistência social por tempo determinado. Regime de trabalho: 30 horas. 6 horas semanais.
R\$ 160,00	Serviço de internet wifi/ wireless

Em 2013, Porto Feliz recebeu **R\$ 77.514,47 reais**, ou seja, em 2012 tivemos um aumento de mais de **R\$ 18.000.00 reais** no repasse de verbas da União. Se formos pensar num crescimento contínuo e progressivo dos recursos de IGD, teremos daqui um ano o aumento de 60% de verbas para assistência social do município, o que fará com que os gastos iniciais com contrato de estagiários, assistente social e compra de equipamentos seja superado e futuramente ressarcidos.

¹⁷ Disponível em:

<http://www.2Faplicacoes.mds.gov.br%2Fsagi%2FRlv3%2Fgeral%2Ftexto%2Fproc.php&h=JAQFcfXl.com>

¹⁸ Disponível em:

<http://www.2Faplicacoes.mds.gov.br%2Fsagi%2FRlv3%2Fgeral%2Ftexto%2Fproc.php&h=JAQFcfXl.com>

Acessado em: 18/10/2014

Por estar previsto no próprio MDS que os recursos de IGD são flexíveis, a proposta desta pesquisa é que **25%** dos recursos totais, repassados mensalmente, sejam destinados, primeiramente, para a compra urgente de um computador único e exclusivo para o Programa Bolsa Família, uma vez que o estado do atual equipamento já apresenta defeitos; a instalação de arquivos, mesas e cadeiras reaproveitadas da própria prefeitura de Porto Feliz (SP), a fim de poupar recursos e reutilizar mobiliário municipal; estes móveis (arquivos, mesas, cadeiras etc.) seriam colocados junto com o equipamento em um sala específica, ou seja, separada das demais divisões da assistência social, além da instalação de um serviço pago mensalmente de internet *wifi*, pois, a internet que atende a prefeitura é via rádio, acontecendo constantemente a queda do servidor durante cadastros no MDS ou durante pesquisas pela internet e consultas à dados online, o que atrasa e dificulta o andamento diário do trabalho.

Sobre a questão de recursos humanos, proponho a contratação por prazo determinado de uma assistente social para trabalhar em regime de 20 horas semanais, com salário no valor de **R\$ 1230,00**, tendo como base o salário integral de uma assistente social municipal em regime de dedicação exclusiva; neste valor, inclui também a contratação de um estagiário para cadastros, acompanhamento de índices, passagem dos dados coletados pelas secretarias e etc. para o MDS e Governo Federal. Conforme posto acima, à medida que os recursos aumentam, poderá haver a contratação de mais uma assistente social.

Redistribuir as funções entre o pessoal, ajudará muito a dar uma atenção maior a aspectos deixados de lado devido à falta de tempo e excesso de tarefas e funções por parte do pessoal. Por exemplo, uma situação bastante comum é o acompanhamento de presença e rendimento escolar. Os dependentes que estão matriculados em escolas da rede pública do município, muitas vezes deixam de frequentar a escola e começam a trabalhar e, inclusive, a envolver-se em pequenos delitos. Porém, a escola comunica o conselho tutelar quando o número de faltas é excessivo, pois antes ela entra em contato com os responsáveis pelo menor. Quando este comunicado é oficializado - junto ao conselho tutelar - a situação do aluno já é bastante crítica e, até mesmo, sem bons resultados.

Ao ter o acompanhamento mais atento da assistente social, os aspectos secundários, além do recebimento do recurso, poderão ser melhorados e devidamente encaminhados em caso de situações problemáticas. Romper com o ciclo da pobreza é maior e mais complexo do que prover recursos financeiros, mas sim promover educação de qualidade, saúde e acompanhamento médico periódico tutelados com a ajuda da assistente social que dará suporte necessário para a autonomia do beneficiado.

10-Conclusão:

A pobreza no Brasil é um dos temas mais debatidos das últimas décadas. Após diversas mudanças de governo, continuamos a nos deparar com uma assustadora desigualdade social e um quadro desanimador de miséria. Infelizmente, a pobreza possui endereço fixo, nas periferias dos grandes centros urbanos.

Com a criação do projeto “Bolsa Família”, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, no primeiro mandato do presidente, percebemos uma razoável mudança nos índices de pobreza e desigualdade social nas regiões mais pobres do país e nos grandes centros urbanos. Para isso, foram criados órgãos públicos responsáveis pelo acompanhamento, cadastramento e distribuição destes recursos federais para as famílias mais carentes, com a prerrogativa de que estes beneficiados cumprissem com uma série de quesitos essenciais para a melhoria de sua perspectiva de vida e crescimento, por exemplo, a obrigatoriedade dos dependentes estarem matriculados e cursando o ensino regular, possuir notas acima da média e não apresentarem problemas disciplinares, além de exigências como vacinação, aleitamento materno e o uso do benefício para necessidades básicas da família.

Entretanto, municípios como o de Porto Feliz (SP) não possuem suporte para fazer o acompanhamento periódico destas famílias, pois o número de funcionários dedicados a parte do assistencialismo é limitado, incluindo o espaço físico destinado a parte logística do programa Bolsa Família. Para isso, a proposta deste trabalho foi a utilização das verbas de IGD, passadas diretamente aos cofres municipais e sem necessidade de taxação, para o melhorar

qualitativamente o acompanhamento das famílias cadastradas. Foi proposto então, o uso de 20% destas verbas – com base no último repasse de IGD por parte do MDS _ para contratação de uma nova assistente social, um estagiário e a compra de equipamentos eletrônicos exclusivamente para o programa.

Buscando cumprir os objetivos gerais e específicos do trabalho, foi conversado com a secretaria de desenvolvimento econômico e assistência social do município, na presença dos diretores representantes de cada setor, onde os mesmos se mostraram bastante dispostos a contribuir com a efetivação do projeto, retirando todos os impasses burocráticos municipais que poderão atrapalhar o andamento disso. Além do mais, a prefeitura encaminhou um ofício à secretaria fornecendo uma sala bastante espaçosa, no prédio principal, para uso fruto do projeto. Aos poucos, com bastante insistência e enfrentando todos os obstáculos futuros, a proposta inicial poderá ser cumprida efetivamente.

Acredito que com um acompanhamento efetivo dos que usufruem o bolsa família, haveria a melhora em todos os aspectos familiares, do financeiro ao educacional e salutar, exigindo das famílias comprometimento para que consigam se tornar independentes em todas as esferas, inclusive a financeira, e assim possam exercer sua cidadania plena e livre.

Referências Bibliográficas:

BAVA, C. Silvio. Desenvolvimento local, uma alternativa para a crise social? In: São Paulo em Foco, volume 3, nº 56.

DAVIS, M. (2006) Planeta favela, Boitempo, São Paulo.

DOMINGUES, Á. (1995) (Sub)úrbios e (sub)urbanos - O mal estar das periferias ou amistificação dos conceitos, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Vol.X/XI, Porto (Portugal).

DRAIBE, S. M e ARRETECHE, T.S. Descentralização e políticas de combate à pobreza: observações sobre o caso brasileiro. São Paulo, NEPP/UNICAMP, 1995.

FURTADO, B. A., Van Delden, H. (2011) Modelagem urbana e regional com autômatos celulares e agentes - Panorama teórico, aplicações e política pública, Texto para discussão, n. 1576, IPEA, Brasília

LINHARES, Maria (Org). História Geral do Brasil. Editora Scipione, 2003.

LIMA JUNIOR, O. B. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. Revista do Serviço Público, v. 49, n. 2, abr./jun. 1998.

PRZEWORSKI, A. Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Websites consultados:

<http://www.brasilecola.com/historiab/industrializacao-brasileira.htm> Acessado em: 20/10/2014

<http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F7901012131DB8648180D.htm>

<http://www.2Faplicacoes.mds.gov.br%2Fsagi%2FRlv3%2Fgeral%2Ftexto%2Fp roc.php&h=JAQFcfXI.com>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=35&codmun=355030&idtema=19&codv=v01&search=sao-paulo|sao-paulo|sintese-das-informacoes-2003>

Relatórios oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang&codmun=354060&search=sao-paulo>

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/texto/proc.php>